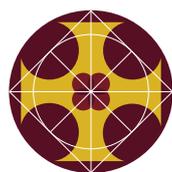


AFONSINA

I

2019



**EGAS MONIZ
O AIO**

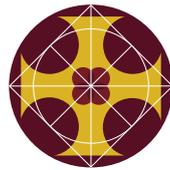


MUNICÍPIO DE
GUIMARÃES

AFONSINA

I

2019



EGAS MONIZ O AIO

Os artigos deste número da revista Afonsina resultam das conferências e comunicações apresentadas nas I^{as}. Jornadas Históricas, realizadas em Guimarães, em 15 de junho de 2019.

ÍNDICE

Editorial

ADELINA PAULA PINTO

1

Dom Egas Moniz de Riba Douro, o Aio entre o mito e a realidade

JOSÉ AUGUSTO DE SOTTOMAYOR-PIZARRO

3

A honra na lenda de Egas Moniz

ALBERTINO GONÇALVES

15

A Colegiada de Santa Maria da Oliveira nos séculos finais da Idade Média: estrutura e organização

AIRES GOMES FERNANDES

19

Os homens da cura na Guimarães Medieval

ANDRÉ FILIPE OLIVEIRA DA SILVA

33

Aspectos da influência do Foral de Guimarães na carta de privilégios de Braga

RAQUEL DE OLIVEIRA MARTINS

45

Dom Egas Moniz de Riba Douro, o Aio entre o mito e a realidade

JOSÉ AUGUSTO DE SOTTOMAYOR-PIZARRO

pizarro@letras.up.pt
Faculdade de Letras do Porto
Academia das Ciências de Lisboa
Real Academia de la Historia

Resumo

Partindo de uma análise da evolução da Historiografia relativa a D. Egas Moniz de Riba Douro, tenta-se compreender o que foi construído de forma lendária em torno da sua figura e o que é histórico e factual, para ensaiar uma proposta de compreensão para o seu papel e o da sua linhagem nos anos da transição entre o Condado Portucalense e o Reino de Portugal.

Palavras-chave: historiografia; mitos e lendas; rei e aristocracia; Galiza; formação de Portugal.

Introdução¹

“Temo-nos aqui absterido de falar em Afonso Henriques, acerca de cuja infância não faltam curiosas lendas nos nossos livros históricos. Como a de Carlos Magno ou de Artur; como a de quase todos os fundadores de antigas monarquias, a sua vida foi desde o berço povoada de maravilhas e milagres pela tradição popular. Infelizmente os inexoráveis monumentos contemporâneos destroem, ou com o seu testemunho em contrário ou com o seu não menos severo silêncio, esses dourados sonhos que uma erudição mais patriótica e piedosa que ilustrada recolheu e perpetuou. A história é hoje uma coisa assaz grave para não se entreter em conservar lendas nascidas e derramadas em épocas mui posteriores aos indivíduos a que se referem”.

(Herculano, 1980: Vol. I, 368-369)

“Não é preciso ser historiador profissional para perceber que não se pode traçar a biografia de uma personagem medieval sem uma grande dose de imaginação. Os dados documentais são quase sempre escassos e fragmentários. As informações fornecidas pelos textos narrativos encontram-se em autores que não se interessavam pelo comportamento pessoal dos seus protagonistas, mas pelo que eles representavam como símbolos de virtudes ou de vícios, como actores exemplares na luta entre o bem e o mal, como colaboradores de Deus na obra da salvação da humanidade, ou como seduzidos pelo demónio na sua cedência ao pecado. As acções dos santos tinham de ser sempre miraculosas e edificantes; as dos reis, sempre justas e heróicas; as dos súbditos, sempre esforçadas e obedientes. Por isso, os historiadores medievais não hesitavam em alterar a narrativa dos acontecimentos para melhor atingirem os seus objectivos. Manter a hierarquia dos valores, e, por isso, louvar ou censurar, era mais importante do que relatar o acontecido”.

(Mattoso, 2006: 9)

D. Afonso Henriques é, porventura, uma das figuras mais complexas e difíceis de estudar de todas quantas ornaram a história nacional, exigindo um grande esforço de reflexão. Falar do nosso primeiro monarca em Guimarães, como é bem-sabido, aumenta ainda mais essa responsabilidade. Mas não creio que a figura de D. Egas Moniz se torne muito mais simples, por tal forma a vida de ambos se entrelaçou desde o nascimento do Rei até à morte do seu Aio. E todos nós, inevitavelmente, associamos um ao outro².

Como resolver, assim, o amável convite da minha Amiga e Colega, Dra. Isabel Fernandes, o qual, como se pode desde já suspeitar, não implicou fazer uma conferência convencional, como muitas outras já por mim feitas ao longo dos anos, mas sim de, em Guimarães, falar do *Aio* de D. Afonso Henriques. Dessa forma, o que eu gostaria de oferecer no espaço de algumas páginas, é a forma como se pode “construir” uma figura histórica, sobretudo tendo em conta duas premissas: em primeiro lugar, os documentos de que dispomos para conhecer D. Egas Moniz de Riba Douro são muito poucos e, se podem ser bastante úteis, por exemplo, para se abordar o seu património ou a sua carreira política, são muito lacunares para nos podermos aproximar um pouco mais do homem e da sua personalidade; depois, porque muitas das informações que chegaram até nós, de natureza cronística ou linhagística, foram por tal forma condicionadas pelas lendas e os mitos que se foram construindo em torno da figura do Aio, que muito dificilmente se consegue separar o real do imaginário.

Por outro lado, D. Egas Moniz já foi tão estudado ou referido por diversas gerações de historiadores e em tão variadas obras, que não haverá muitas novidades para acrescentar ao que já se sabe, até porque infelizmente não apareceram entretanto

¹ Uma parte significativa das reflexões que se seguem, para além da sua abordagem aquando da conferência proferida no Paço dos Duques, em 15 de Junho de 2019, partem de bibliografia sobrejamente conhecida, a qual será referida no final deste texto, o que me permitirá reduzir ao máximo o aparato erudito em notas de rodapé, com o objectivo de uma leitura mais dinâmica.

² Sobre D. Afonso Henriques e o seu tempo, veja-se o extenso conjunto de textos publicados nos volumes de *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães* (1996).

novos documentos. Farei, por isso, uma apresentação de forma sintética em três planos distintos, mas complementares, num sentido inverso ao do próprio título, isto é, começando pela forma como a Historiografia foi definindo a personagem de D. Egas Moniz de Riba Douro, recebida, transformada e depois transmitida por consecutivas gerações de historiadores, passando depois por aquilo que os factos conhecidos nos oferecem através da documentação disponível, para, por fim, chegarmos à imagem mítica, ou não, de Dom Egas Moniz de Riba Douro, *o Aio*. Nesse último momento, e como se fora uma conclusão – depois se verá que o não é, muito pelo contrário –, atrever-me-ei a propor um novo trilho de investigação, que decorre das minhas reflexões continuadas sobre o grupo aristocrático medieval português até meados do século XIV.

1. Egas Moniz e a Historiografia

Por razões que todos compreenderão, este primeiro ponto sobre Historiografia parte das considerações vertidas por Frei António Brandão nas páginas da Parte Terceira da *Monarquia Lusitana*, obra publicada em 1632, que de uma maneira geral se considera como o primeiro ensaio de uma História de Portugal, após o ciclo marcado pelos textos cronísticos entre os séculos XIV a XVI, textos que servirão de pano de fundo para a última parte.

De resto, já há mais de 40 anos que José Mattoso, ao analisar a Batalha de São Mamede, sublinhou como até Frei António Brandão fora a batalha de Ourique, e não tanto aquela, que mais simbolizara o princípio do reino, sobretudo pela mão dos diversos cronistas de Trezentos e de Quatrocentos, chegando mesmo alguns humanistas, como Duarte Nunes de Leão, a negar a veracidade daquele recontro de 24 de Junho de 1128 (Mattoso, 1985a); e, se é verdade que Brandão aceita a veracidade de S. Mamede, é indiscutível que também valoriza muito mais Ourique, apresentando mesmo uma lista inédita dos principais fidalgos que teriam estado junto do monarca naquele episódio bélico (BRANDÃO, 1973: 123-126vº), questão à qual voltarei no final.

Ora, também é Frei António Brandão que realça a figura de D. Egas Moniz, logo a partir do seu próximo relacionamento com os Condes D. Henrique e Dona Teresa, do qual resultaria, por exemplo, a doação a seu favor da honra de Britiande, em 1102 (BRANDÃO, 1973: 40-41vº). Seria essa proximidade que levaria os Condes a entregar D. Afonso Henriques à guarda de Egas Moniz, passando o Infante a sua meninice na comarca de Lamego, entre as quintãs de Cresconhe e de Resende (BRANDÃO, 1973: 52-52vº), sendo porventura o ilustre cisterciense o primeiro autor a chamar a atenção para a informação contida nas *Inquirições Gerais de 1288-1290*, segundo a qual, e a propósito da freguesia de Santiago de Piães, no julgado de Sanfins, uma das testemunhas disse que “a quintaa que chamam Cresconhi que foy de don Egas Moniz é provado que a virom as testemunhas seer onrra des que se acordan e que ouviron dizer que o foy de muy de longe e que criaron hy Rey don Affonso o primeyro e tragen por onrra os d’Alvarenga toda essa aldeya de Cresconhi” (PMH-Inq. 1288-90: 415); o mesmo erudito que faz ainda referência ao milagre de Cárquere, pelo qual o aleijão nas pernas com que D. Afonso Henriques nascera foi curado graças à fé do seu *Aio* (BRANDÃO, 1973: 73vº-75), milagre que fora descrito muito antes, por Pedro de Mariz, na primeira edição dos seus *Diálogos de Vária História* (MARIZ, 1594: 40-41vº).

Todavia, o episódio que mais celebrizou a relação entre o Rei e Egas Moniz foi o seu juramento de lealdade, em nome daquele, perante Afonso VII de Leão e Castela, aquando do cerco de Guimarães, que todos naturalmente conhecem. Muito embora Brandão situe estes episódios em 1129, ou seja, erradamente depois de São Mamede, aceita o episódio, e não deixa de referir o suposto paralelismo entre o gesto do *Aio* e o do fidalgo leonês Pedro Ansúrez, pouco mais de dez anos anterior, perante Afonso I de

Aragão, por lealdade para com Urraca de Leão e Castela (BRANDÃO, 1973: 95vº-97vº). Por fim, a morte de D. Egas Moniz de Riba Douro em 1146, pouco antes das grandes campanhas que levarão às conquistas de Santarém e de Lisboa, permitirá a Frei António Brandão discorrer sobre a descendência do *Aio* (BRANDÃO, 1973: 158vº-161), tronco de variadíssimas linhagens, como depois se verá.

A paragem seguinte desta jornada, como não poderia deixar de ser, é a *História de Portugal*, de Alexandre Herculano, onde o ilustre historiador, com o rigor e a inteligência que o tornaram um dos nomes cimeiros, não só da Historiografia, mas da Cultura Portuguesa de *Oitocentos*, vai afinando a cronologia de muitos dos acontecimentos que envolveram a vida do nosso primeiro monarca e, como é lógico, da figura que hoje procuramos conhecer. Como é evidente, a sua obra encontra-se em muitos aspectos já ultrapassada, e é natural que assim seja, à distância de quase 175 anos sobre a primeira edição (1846). Todavia, a sua inteligência e o fulgor do seu raciocínio continuam a ser de uma enorme importância, como se retira de dois exemplos que me interessam aqui em particular: em primeiro lugar, Herculano situa com todo o rigor e sólida argumentação, pela primeira vez, o cerco de Guimarães nos meses finais de 1127, e não de 1129, como pretendia Brandão (1973: 95vº), confirmando assim a presença de Afonso VII de Leão nessa acção militar, não descartando por isso a veracidade do juramento de D. Egas Moniz àquele e a sua posterior ida até Toledo (HERCULANO, 1980, I: 374-375 e 377-378, respectivamente); em segundo lugar, é o primeiro que compreende a postura de Afonso VII em relação a Dona Teresa e a D. Afonso Henriques, ou seja, para o Rei de Leão e Castela pouco importava quem lhe prestasse obediência pelo Condado Portucalense, desde que o fizessem de facto – “porque ao príncipe não importava por certo se era sua tia ou seu primo que regia Portugal; importava-lhe que esta província reconhecesse a sua autoridade suprema” (HERCULANO, 1980, I: 377)³.

Um breve olhar sobre duas das mais significativas Histórias de Portugal da primeira metade do século XX, a primeira conhecida como a “de Barcelos” e a outra da autoria do jesuíta Luís Gonzaga de Azevedo não aportaram grandes novidades. No capítulo daquela sobre o “Condado Portucalense”, o seu autor, Manuel Ramos, sobre os episódios e personagens que nos importam, não oferece grandes novidades, limitando-se a transcrever uma extensa passagem de Herculano sobre o cerco de Guimarães, e o papel de Egas Moniz que acima se referiu (RAMOS, 1928: 501-502). Já o contributo de Gonzaga de Azevedo merece um comentário um pouco mais preciso; com efeito, e uma vez que o Autor não aceita a data proposta por Herculano para o cerco de Guimarães, mas sim no ano seguinte, após a batalha de São Mamede, então o Rei de Leão não poderia estar presente pelo que o juramento de Egas Moniz, que Gonzaga de Azevedo admite, não foi feito àquele directamente, mas através dos condes galegos que tinham dirigido a operação militar que culminara no cerco a Guimarães (AZEVEDO, 1940, I: 237-239).

Para além de outras iniciativas gerais de “Histórias de Portugal” mais recentes, já da segunda metade de *Novecentos*, como a das Publicações Alfa ou da Editorial Presença⁴, há dois autores que sobre estes temas têm que ser destacados – Armando de Almeida Fernandes e José Mattoso. Quanto ao primeiro, na sua vasta obra deu um destaque permanente à figura do *Aio* e aos de Riba Douro, desenvolvendo uma verdadeira “paixão” por esses dois tópicos; profundo conhecedor da região de implantação daquela linhagem, os seus trabalhos oferecem-nos inúmeros elementos da maior importância para a compreensão de D. Egas Moniz e do seu entorno familiar. De entre os muitos títulos que aqui se poderiam citar, recordo um dos que dedicou com mais enfoque à Batalha de São Mamede, no qual sublinha com determinação a relação de proximidade entre os Condes Portucalenses e Egas Moniz, entregando-lhe o

³ Sobre estas duas questões, entre outras, o significado deste cerco e do seu impacto nas posteriores relações entre D. Afonso Henriques e o seu primo Afonso VII, em particular até ao desfecho da Batalha de São Mamede, creio que contribui recentemente com uma proposta de interpretação com elementos originais (cfr. SOTTOMAYOR-PIZARRO, 2013).

⁴ Ver na “Bibliografia Final”, Mattoso (1983) e Marques (1996), respectivamente.

jovem Afonso Henriques para criar – e Almeida Fernandes refere com bastante detalhe os paços de Cresconhe e de Britiande como lugares da meninice do nosso primeiro monarca, destacando também a referência das inquirições já citada anteriormente – para além de sublinhar o papel do Aio no processo de afirmação política do Príncipe (FERNANDES, 1978: 63-67); este último aspecto, aliás, é claramente mais desenvolvido em trabalho posterior, onde afirmou que considerava D. Egas Moniz como o líder dos próceres portugalenses revoltosos contra Dona Teresa e os Trava, aceitando também o papel daquele nos sucessos em torno do cerco de Guimarães (FERNANDES, 1995: 200-210).

Quanto a José Mattoso, é inegável que a ele se devem as propostas mais originais para o entendimento da figura de D. Egas Moniz de Riba Douro. De momento, porém, apenas gostaria de reter alguns aspectos mais concretos da sua trajectória política. Já em 1980, numa das suas notas críticas à *História de Portugal* de Herculano, José Mattoso, a propósito do início do protagonismo de D. Afonso Henriques, e concordando aliás com a data de 1127 para o cerco de Guimarães, não via razões objectivas “para negar que o chamado Aio tenha desempenhado papel importante na preparação da revolta de Afonso Henriques contra sua mãe” (HERCULANO, 1980: 392 [NOTA 74]). De resto, já em 1978 tinha afirmado a importância de Egas Moniz, logo a partir de 1121, na revolta dos fidalgos portugalenses contra Dona Teresa (MATTOSO, 1985a: 17), ideia que desenvolverá mais tarde na biografia que elaborou sobre D. Afonso Henriques (MATTOSO, 2006: 36-43).

Aliás, essa biografia condensa tudo quanto se foi escrevendo e acumulando sobre o monarca e, lateralmente, sobre Egas Moniz, onde acabam por se precisar muitos dos elementos que eram discutíveis, quer do ponto de vista da cronologia quer dos conteúdos. Creio que um dos aspectos mais interessantes que agora importam para esta abordagem, é o de saber quem foi de facto a figura mais importante junto de D. Afonso Henriques nos primeiros tempos da sua carreira, se D. Soeiro Mendes da Maia, como julgava Torcato de Souza-Soares, ou D. Egas Moniz de Riba Douro, como foi veiculado através das tradições que começaram a circular nos meios cortesãos a partir de meados do século XIII, as quais se abordarão mais à frente; ou ainda D. Ermígio Moniz, o suposto irmão mais velho daquele, para quem José Mattoso parece inclinar a sua preferência em termos de importância política, muito embora, e em última análise, aceite que o *Aio* do nosso primeiro monarca, Egas ou Ermígio, foi um membro dos de Riba Douro (MATTOSO, 2006: 24-25); com o que estou inteiramente de acordo, e acho que foi Egas Moniz, como direi na conclusão.

Finalmente, a biografia da *Condessa-Rainha Dona Teresa*, da autoria de Luís Carlos Amaral e Mário Barroca, do meu ponto de vista, é hoje o texto mais exacto e circunstanciado dos primeiros anos da vida do Infante, depois Rei, e dos seus mais fiéis servidores, de entre os quais se destacou D. Egas Moniz de Riba Douro. Creio que os dois autores, e bem, do meu ponto de vista, souberam sublinhar como, de todos os membros da linhagem dos de Riba Douro, foi D. Egas Moniz quem mais se destacou (AMARAL e BARROCA, 2012: 254-255). Chegou a altura de se fazer uma síntese sobre a sua vida.

2. Egas Moniz na História

As obras de Armando de Almeida Fernandes e de José Mattoso de cunho genealógico e prosopográfico, bem como as biografias de D. Afonso Henriques e de Dona Teresa ainda agora citadas, reúnem, porventura, tudo quanto é possível saber sobre a vida de D. Egas Moniz. Como poderão compreender, não me debruçarei sobre estes aspectos com muito detalhe, sublinhando apenas um par de ideias que a meu ver

reflectem a importância do Aio e da sua família no contexto do grupo aristocrático dos séculos XI a XIII.

A linhagem dos de Riba Douro começaria pelos finais do século X, documentando-se em 1014 um Mónio Viegas, o «Gasco», talvez irmão do bispo do Porto, D. Sisnando, e trisavô de Egas Moniz, e dele partem os diferentes ramos de descendência dos de Riba Douro, referidos de forma esquemática por José Mattoso até aos meados do século XII, e que eu depois prolonguei também sob a forma de texto genealógico até aos meados do século XIV (MATTOSO, 1981: 137-157; SOTTOMAYOR-PIZARRO, 1999, I: 449-511). Pelo que se pode apurar da documentação relativamente ao património dos seus diferentes membros ao longo das gerações, tudo leva a crer que a linhagem dos de Riba Douro terá tido origem num núcleo que se situaria entre as bacias do rio Tâmega e do rio Douro, com uma grande diversidade de bens localizados nos actuais concelhos de Penafiel, Lousada, Marco de Canaveses, Baião ou Amarante, detendo vários padroados de igrejas e aparecendo muito ligados a alguns mosteiros da região, como Soalhães, Travanca e Pendorada, mas especialmente Paço de Sousa, com o qual se vão relacionando cada vez mais ao longo dos séculos XI e XII; mas também aparecem com interesses na margem sul duriense, sobretudo pelo governo de algumas terras como Anégia-Arouca ou Lamego.

Todavia, será com a geração de Egas Moniz e de seus irmãos que a linhagem dos de Riba Douro passará a deter um património muito expressivo na margem esquerda do rio Douro, em virtude de várias doações de D. Afonso Henriques, por um lado, e por uma política de aquisições que os destacará naquela região sobre qualquer outra linhagem, sendo muitíssimo interessante a política de povoamento levada a cabo pelos irmão Egas e Mem Moniz de Riba Douro e respectivas mulheres, com a concessão de diversas cartas de povoamento colectivo, tal como sublinhei há já vários anos:

Pode-se considerar a figura do Aio do nosso primeiro monarca como um mito. Mas, ao ler o texto das Inquirições medievais de 1258 e de 1288-1290, é difícil não perceber a sua enorme importância política e social, bem como o protagonismo que a sua família teve neste território duriense. Praticamente em todas as freguesias, não importa agora o julgado, se faz referência a D. Egas Moniz ou ao seu irmão, D. Mem Moniz, às respectivas mulheres e aos descendentes de ambos (...). Ainda um breve apontamento sobre uma série de documentos referidos pelas Inquirições de 1258 – inexplicavelmente ignorados pelos investigadores – e que, mais do que quaisquer outros, revelam o enorme poder patrimonial e político dos Ribadouro. Trata-se da referência às várias cartas de povoamento outorgadas por D. Egas Moniz e D. Mem Moniz e que provam a sua iniciativa para o povoamento destas terras da bacia duriense, em benefício das vilas de Alhões, Vila Boa, Gralheira, Bustelo, então lugares da freguesia de Ferreiros de Tendais, e as vilas de Macieira, Aveloso e Marcelim, lugares da freguesia de Tendais (SOTTOMAYOR-PIZARRO, 2014: 96-97).

Quanto a D. Egas Moniz em particular, já se encontra documentado em 1102, vindo a falecer em 1146, como o atesta a epígrafe funerária que se conserva junto do seu túmulo em Paço de Sousa. Ocupou diversas tenências, tão importantes como Lamego ou Riba Minho, e ocupou o importante cargo de mordomo-mor de D. Afonso Henriques entre 1136 e 1146 (MATTOSO, 1981: 145-150; AMARAL e BARROCA, 2012: 245 e 254). Dos seus dois matrimónios, primeiro com Dórdia Pais de Azevedo e depois com Teresa Afonso das Astúrias teve abundante descendência, alguma da qual está na origem de diversos apelidos que chegaram até nós, como os Fonseca ou os Coelho (SOTTOMAYOR-PIZARRO, 1999, I: 449-511). Finalmente, não se pode deixar de referir a importância do Aio, de Dona Teresa Afonso e de algumas das suas filhas, como responsáveis pela

protecção de diversos cenóbios, como já acima referi, e pela fundação de vários outros, como Tarouquela, Cárquere, Salzedas ou Tuias, revelando bem a expressão do poder e do prestígio desta linhagem de Riba Douro.

Finalmente, e quanto à sua importância política, sobre a qual voltarei a falar no remate deste texto, não creio que existam hoje grandes dúvidas quer quanto à proximidade de D. Egas Moniz a D. Afonso Henriques, sendo o mais documentado dos três irmãos – Egas, Mem e Ermígio – junto do monarca, e aquele que terá desempenhado um dos papéis mais relevantes para o arranque da carreira política daquele. Assim, e independentemente das considerações em torno a um ou outro detalhe da cronologia, é inegável que estamos perante uma das figuras mais influentes do entorno político do nosso primeiro monarca, aparte outras considerações, desde a chegada deste ao poder até à sua morte, na véspera das grandes conquistas de Santarém e de Lisboa.

3. O Mito... ou a Realidade?

Aproximemo-nos então do ponto final, ou seja, do que se pode considerar a parte “lendária” da vida de Egas Moniz, que engloba uma série de «estórias», umas de cunho original e outras que resultaram da interpolação da figura do Aio numa gesta dedicada a D. Afonso Henriques, como é o caso, por exemplo, da sua intervenção na Batalha de São Mamede, substituindo a figura de D. Soeiro Mendes de Sousa. De tudo isto nos fala com todo o rigor José Mattoso, a propósito da sua proposta de identificação do responsável pela criação da gesta de Egas Moniz, que o ilustre historiador atribuiu ao trovador João Soares Coelho, descendente do Aio por via bastarda e que ocupou um lugar de certo relevo na corte de D. Afonso III (MATTOSO, 1985b).

De acordo com a sua proposta, que mereceu a viva contestação de A. de Almeida Fernandes (FERNANDES, 1990: 161-172), o referido trovador, chefe da linhagem dos Coelho, ramo bastardo dos de Riba Douro, para além de uma produção poética de relevo, foi um dos homens de confiança do Bolonhês e seu conselheiro – que se documenta no meio cortesão entre 1235 e 1278, ano em que deverá ter falecido (СОТТОМАУОР-PIZARRO, 1999, I: 481-482) –, teria elaborado a referida gesta sobre o seu antepassado com o fito de aumentar o seu próprio prestígio na sociedade fidalga do seu tempo, mais ainda quando as linhas de descendência legítima dos Riba Douro se tinham extinguido ou estavam muito decadentes.

Como se calculará, o texto fundamental daquela gesta é relativo ao episódio que o Aio protagoniza aquando do cerco de Guimarães, em 1127, e já aqui referido por diversas vezes, com o juramento feito a Afonso VII de Leão e Castela e a posterior ida de Egas Moniz e a sua família até Toledo; de resto, e de acordo com José Mattoso, também teria sido João Soares Coelho a encomendar o segundo túmulo de D. Egas Moniz, que se encontra no mosteiro de Paço de Sousa, e onde estão historiados alguns episódios da gesta, nomeadamente a ida a Toledo (Mattoso, 1985b: 314-316).

As principais fontes que nos transmitiram estes textos, ou seja, a *Crónica Geral de Espanha de 1344*⁵, da autoria do Conde D. Pedro de Barcelos, e a *Crónica de Portugal 1419*⁶, para além de outras, também referem mais episódios, como o que acima indiquei sobre São Mamede, o milagre de Cárquere ou a morte de Egas Moniz a caminho de Ourique⁷. Mas aquela que agora mais prende a minha atenção é sem dúvida a da criação, ou não do nosso primeiro monarca pelo prócere de Riba Douro. Vejamos como no-lo relatam as fontes:

- E este dom Egas Moniz criou el rei dom Afonso de Portugal, o primeiro que i houve, e fez erguer o emperador que jazia sobre Guimarães com companha a guisa de lealdade. E fez senhor do reino o criado, a pesar de sa madre, a rainha dona Tareja, de cuja parte o reino vinha (LD9A2);

⁵ Esta versão refere Egas Moniz como o principal responsável pela vitória de São Mamede, bem como o episódio do cerco de Guimarães e do preito de lealdade e ida a Toledo (Cr.1344: 216-223).

⁶ Aqui se recolhe a versão mais completa dos vários episódios que envolvem Egas Moniz, nomeadamente o milagre de Cárquere (Cr.1419: 5-7, 10-11 e 12-18).

⁷ Trata-se como é natural de um acréscimo tardio e um equívoco, uma vez que Egas Moniz morreu em 1146, ou seja, alguns anos depois daquela batalha ocorrida em 1139. José Mattoso, e bem, sublinhou que se tratava “de justificar a ausência do Aio de acontecimento tão importante” (Mattoso, 1985b: 303). Pela minha parte, creio que a associação do nome de Egas Moniz a Mem Moniz de Candarei, uma das principais figuras do ataque e conquista de Santarém, em 1147, também terá tido a mesma finalidade, ou seja, o Aio não esteve na conquista pois falecera no ano anterior, mas era parente de um dos heróis daquela jornada. Quanto ao milagre de Cárquere, o mesmo Autor, sem excluir que pudesse pertencer ao texto original, admite que foi criado para associar-se à gesta de D. Afonso Henriques (MATTOSO, 1985b: 302-303).

- E este Lourenço Veegas, suso dito, foi o que amou muito el rei dom Afonso, o primeiro rei de Portugal, e nom no chamava senom irmão, porque o criara seu padre dom Egas Moniz (LL36A6);
- Senhor, eu vos peço por merçe que qualquer cousa que vossa molher, a rainha dona Tareja, parir, ora seja homem, ora seja molher, que vós mo deis e eu o criarei” (Cr.1419: 6).

8 Sobre este reinado e a relação com os Riba Douro, veja-se, por todos, PORTELA SILVA, 2001.

Não tenho qualquer razão para contestar a proposta do meu Mestre, quanto à autoria da gesta de D. Egas Moniz por parte de João Soares Coelho. Este, porém, construiu toda essa trama poética ou narrativa a partir do nada, ou poderá ter partido de alguns elementos concretos, memórias de episódios reais que as tradições familiares foram transmitindo de geração em geração? Será isso muito difícil de aceitar, à distância de apenas um século entre D. Egas Moniz e o seu trineto João Soares Coelho?

Creio, mesmo, que o ponto de partida poderá ter sido a efectiva criação de D. Afonso Henriques por D. Egas Moniz, e precisamente nos paços que ele possuía junto ao Douro. A questão é esta: se João Soares Coelho criou a gesta, admita-se pelas décadas de 1250 ou 1260, ela terá circulado especialmente na Corte, o espaço onde o seu autor mais almejava publicitá-la; mas, qual a possibilidade de ela se enraizar de tal forma rapidamente nas gentes do longínquo julgado de Sanfins, a ponto de as testemunhas ali inquiridas em 1288, como já referi, serem peremptórias quanto à criação do jovem príncipe nos paços de Egas Moniz em Cresconhe?

Creio, portanto, que D. Egas Moniz foi, de facto, aio do nosso primeiro monarca, como parece inegável que teve um papel muito efectivo no lançamento da carreira política do seu “pupilo”. Antes de concluir, porém, gostaria de oferecer uma proposta de interpretação, sobre a qual gostaria muito de saber que, pelo menos, mereceu algumas reflexões por parte dos leitores e dos investigadores sobre estes temas.

Com efeito, não penso que o interesse dos senhores de Riba Douro pelo filho e herdeiro dos Condes Portucalenses fosse apenas um exercício de devotada lealdade. Sê-lo-ia também, por certo, mas admito que as razões de fundo desse interesse eram mais profundas e antigas. Note-se, que a minha hipótese, sem dúvida frágil, assenta em duas coincidências, a primeira das quais é a linhagem em si, ou seja, o protagonismo dos Riba Douro junto de D. Afonso Henriques e não outra qualquer, e a segunda, o facto de eles serem dos primeiros a afastar-se de Dona Teresa, precisamente quando esta começa a assumir sem reboço o apoio declarado dos Travas.

A questão, no fundo, sempre foi essa, isto é, Rainha de quê? Não, por certo, de Portugal, que como reino não tinha qualquer tradição, mas sim do da Galiza. Ora, quanto a esse reino efémero, que apenas durara na posse do rei Garcia II entre 1065 e 1072⁸, tinham os Riba Douro uma íntima relação, em particular com o desditado monarca, conservando-se a maioria dos poucos documentos que restaram do seu reinado à guarda do cartório do mosteiro português de S. João de Pendorada, precisamente um dos cenóbios que contou com a empenhada protecção dos de Riba Douro.

Para ser breve, acredito que os Riba Douro, quer Mónio Ermiges, mordomo dos Condes e pai de D. Egas Moniz, quer este e os seus irmãos, poderão ter sido os guardiães da ideia de um reino da Galiza restaurado. Na pessoa de Dona Teresa, muito bem, como sobrinha de Garcia, e com o apoio dos próceres portucalenses, que na geração anterior tinham apoiado aquele monarca na derrota do último conde de Portucal, D. Nuno Mendes, em Pedroso (1071). Mas nunca sob a tutela da nobreza galega, e muito menos dos Travas, mais poderosos e condes. Daí o seu afastamento de Dona Teresa a partir de 1121, daí o início da revolta, ao que parece chefiada por Egas Moniz, e daí o seu apoio a D. Afonso Henriques, quer em 1127 quer em São Mamede. Por isso, também, e repetindo o que já afirmei em outras ocasiões, quando o nosso primeiro

monarca se retira de Guimarães e vai para Coimbra, nenhum dos principais próceres que combateram com ele no campo de São Mamede o acompanha (SOTOMAYOR-PIZARRO, 2009 e 2018).

O projecto primeiro dos senhores nortenhos era a restauração do reino da Galiza, cuja coroa seria erguida por D. Afonso Henriques, sobrinho-neto de Garcia II, e sempre que passou o Minho eles estiveram ao seu lado; mas o seu projecto era distinto e implicava a sua libertação da tutela asfixiante dos fidalgos a quem devera a chegada ao poder condal, ou seja, só poderia afirmar-se na guerra da fronteira contra os mouros, alargando o território que recebera dos seus maiores. Projectos distintos, e que do meu ponto de vista tiveram consequências que foram muito para além da vida destes protagonistas. Mas isso já seriam outras questões.

Conclusão

No final de todas estas considerações, e como em muitas outras matérias, tudo aponta para a efectiva importância histórica de Dom Egas Moniz de Riba Douro, e o seu papel decisivo, junto de outros próceres, no início da revolta contra a incómoda presença e influência galega junto da Rainha Dona Teresa, e depois no apoio inequívoco ao Príncipe D. Afonso Henriques na sua caminhada até ao Trono.

Quanto às lendas e aos milagres, como em relação aos demais, é uma questão meramente de Fé, e essa tendo-se ou não, respeita-se. Mas, para além dessa perspectiva, quantos dos momentos mais inspirados da literatura europeia e mundial não existiriam sem esse toque simples de devoção humana? Nessa perspectiva, os milagres de Cárquere e de Ourique, tal como Egas Moniz com a mulher e os filhos vestido de burel e corda ao pescoço perante um façanhudo Rei de Leão, tendo ou não existido são parte seminal e cimento da nossa relação com a História e, queira-se ou não, Património de todos os Portugueses.

Fontes e Bibliografia

- AMARAL, Luís Carlos, BARROCA, Mário Jorge (2012). *Teresa, a Condessa-Rainha*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- AZEVEDO, Luiz Gonzaga de (1940). *História de Portugal*, Vol. III. Lisboa: Edições «Bíblion».
- BRANDÃO, Fr. António (1973). *Monarquia Lusitana*. Parte III. Livros VIII-X. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda [1ª ed. 1632].
- CALADO, Adelino de Almeida (ed. crítica) (1998). *Crónica de Portugal de 1419*. Aveiro: Universidade de Aveiro, (Cr.1419).
- CINTRA, Luís Filipe Lindley (ed. crítica) (1990). *Crónica Geral de Espanha de 1344*, Vol. IV. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, (Cr.1344).
- FERNANDES, A. de Almeida (1978). Guimarães, 24 de Junho de 1128, *Revista de Guimarães*, 88, 5-145.
- FERNANDES, A. de Almeida (1990). *A História de Lalim. Homenagem de Lalim ao Conde D. Pedro*. Lamego: Câmara Municipal de Lamego.
- FERNANDES, A. de Almeida (1995). *Intervenção de Lamego na Libertação Nacional (1126-1128)*. Viseu: Governo Civil de Viseu.
- HERCULANO, Alexandre (1980). *História de Portugal* (ed. crítica por José Mattoso), Vol. I. Lisboa, Bertrand Editores [1ª ed. 1846].
- MARIZ, Pedro de (1594). *Dialogos de Varia Historia*. Lisboa: Na Officina de Antonio de Mariz.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1996). A Constituição de um Condado, in SERRÃO, Joel, MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.) (1996). *Nova História de*

- Portugal*, Vol. III: Portugal em Definição de Fronteiras (1096-1325), Coord. de Maria Helena Coelho e Armando Carvalho Homem. Lisboa: Editorial Presença, 11-23.
- MATTOSO, José (ed. crítica) (1980). *Portugaliae Monumenta Historica*. Nova Série. Volume II/1-2 – Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. Lisboa: Academia das Ciências, (LL).
- MATTOSO, José (1981). A Nobreza Rural Portuense dos Séculos XI e XII, in MATTOSO, José (1981). *A Nobreza Medieval Portuguesa: a Família e o Poder*. Lisboa: Editorial Estampa (reimp. 2000-2002, vol. 7, 117-189).
- MATTOSO, José (1983). O Condado Portucalense, in SARAIVA, José Hermano (dir.) (1983). *História de Portugal*, Vol. II. Lisboa: Publicações Alfa, 3-52.
- MATTOSO, José (1985a). A Primeira Tarde Portuguesa, in MATTOSO, José (1985). *Portugal Medieval: Novas Interpretações*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda (reimp. 2000-2002), 11-35.
- MATTOSO, José (1985b). João Soares Coelho e a gesta de Egas Moniz, in MATTOSO, José (1985). *Portugal Medieval: Novas Interpretações*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda (reimp. 2000-2002), 301-320.
- MATTOSO, José (2006). *D. Afonso Henriques*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- MATTOSO, José (2001-2002). *Obras Completas*, 12 Vols. Lisboa: Círculo de Leitores.
- PIEL, Joseph, MATTOSO, José (ed. crítica) (1980). *Portugaliae Monumenta Historica*. Nova Série. Volume I – Livros Velhos de Linhagens. Lisboa: Academia das Ciências, (LV – Livro Velho de Linhagens / LD – Livro de Linhagens do Deão).
- PORTELA SILVA, Ermelindo (2001). *García II de Galicia. El Rey y el Reino (1065-1090)*. Burgos: Editorial La Olmeda.
- RAMOS, Manuel (1928). O Condado Portucalense, in PERES, Damião (dir.) (1928). *História de Portugal*, Vol. I. Barcelos: Portucalense Editora, 481-504.
- SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de (1999). *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, Vol. I. Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família.
- SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de (2009). A Participação da Nobreza na Reconquista e nas Ordens Militares, in FERNANDES, Isabel Cristina (coord.) (2009). *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente. Actas do V Encontro sobre Ordens Militares*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela, GEsOS, 143-155.
- SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de (2013). O Nascimento do Reino de Portugal. Uma Perspectiva Nobiliárquica (1096-1157/1300), *Revista Portuguesa de História*, XLIV, 29-58.
- SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de (2014). *Aristocracia e Mosteiros na Rota do Românico. A Senhorialização dos Vales do Sousa, Tâmega e Douro (Séculos XI a XIII)*. Lousada: Centro de Estudos do Românico e do Território.
- SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de (ed.) (2015). *Portugaliae Monumenta Historica*. Nova Série. Volume IV/2 – Inquisitiones. Inquirições Gerais de D. Dinis de 1288. Sentenças de 1290 e Execuções de 1290. Lisboa: Academia das Ciências, (PMH-Inq. 1288-90).
- SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de (2018). Monarquia e Aristocracia em Portugal (Séculos XII-XIV). «Forais» e «Inquirições» na Construção de uma Geografia do Poder Régio, in ARIAS GUILLÉN, Fernando, MARTÍNEZ SOPENA, Pascual (eds.) (2018). *Los Espacios del Rey. Poder y Territorio en las Monarquías Hispánicas (Siglos XII-XIV)*. Bilbao: Universidad del País Vasco, 133-183.